



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Trabalho e Empreendedorismo - SMTE

Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo

Ata da 4ª Reunião Ordinária de 2017 do Pleno da VI Gestão do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMUSAN-SP. Aos vinte dias (20) dias do mês de março de 2017, no Mercado Gourmet, espaço interno ao Mercado Municipal Paulistano, na Rua da Cantareira, 306, Centro, São Paulo – SP, realizou-se a 4ª Reunião Ordinária de 2017 do Pleno da VI Gestão do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMUSAN-SP. PAUTA: 1. Pacto Federativo e Políticas Públicas; 2. Livro “Consumo Consciente” – Instituto Kairós; 3. Recondução do COMUSAN; 4. COMIDAÇÃO – Andamento das articulações e convidados(as); 5. COMUSAN CONVIDA – Programa Leve Leite na perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada 6. Informes: Audiências Públicas e demais informes trazidos pelas(os) Conselheiras(os); e 7. Encerramento. Estiveram presentes, conforme assinatura em lista: Christiane Gasparine Araujo Costa – Instituto Polis; Leandro Cuebas, Siane Muniz e Rosalina Gomes Alves – Coordenadoria de Segurança Alimentar/SMTE; Maria Angela Raimondo – Coordenação Regional das Obras de Promoção Humana; Maria do Socorro Alves – Associação Beneficente Esporte Cultura e Lazer Nosso Sonho; Jéssica F. Lima Moraes – Banco de Alimentos Associação Civil; Maria Helena Flaviano – ACROFAPI – Associação Comunitária Francisco Pinheiro; Nadir Moraes – Rede Local de SANS do Butantã; Manuel Messias F. da Costa – Associação dos Moradores da Zona Norte e Adjacências; Daniel – Slow Food; Milton Perez – ABPA; Maria Helena Flaviano – Acrofapi; Agnes Hanashiro – Secretaria Municipal da Educação; Solange Cavalcante da Silva Redolfi e Alessandro Mendonça Mazzoni – Secretaria do Verde e Meio Ambiente; Teresa Anunciata – Pastoral da Criança; André Luzzi – Ação da Cidadania; Bettina Gerken Brasil – Universidade Paulista UNIP; Adalgisa Oliveira Silva – Associação Nova Esperança São Francisco; Márcia C. Cristina P. S. Thomazinho – Fundação ABRINQ; Vânia Luzia Cabreira – Conselho Regional de Nutricionistas 3º Região; Elcio Pires – Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho do Estado de São Paulo; Mirtes Gomes de Holanda – Empreendimento de

Economia Solidária Mãos na Massa; André Luzzi – Ação da Cidadania; Marcionília Nunes de Lima – Cidadã; Guilherme de Sousa – Cidadão; Ceceo Chaves – Instituto Pólis; Yamila Goldfarb – Vigêncial!; Jabs Cres Maia Santos e Bruno Moraes Valsani – Secretaria do Governo Municipal; Célia Maria Vairo e Marcia Maria Rodrigues – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento; Daniela Wenzel e Vera Helena Lessa Villela – Secretaria Municipal da Saúde; Fernanda Sobral Capasso – Secretaria Municipal de Educação; e Tatiana Gomes Lopes – Secretaria Municipal de Inovação Tecnologia. Dando início à reunião, Leandro apresentou a pauta e explicou a exclusão de um dos pontos (Livro do Instituto Kairós), por conta da ausência justificada de representantes do Instituto para explicar seu conteúdo e fazer a entrega. Diante da presença de novos(as) Conselheiros(as) do poder público, Christiane fez uma explanação e contextualização do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e como se deu a adesão municipal a esse Sistema (Conferências, a construção do Plano Municipal de SAN e da Política Municipal de SAN, entre outros aspectos). André L. complementou dizendo que o COMUSAN é um ambiente de articulação e escuta ativa da população e que tem o objetivo de se dedicar ao conhecimento dos programas públicos afetos à temática e seu monitoramento. Disse que é preciso incidir sobre o Estatuto das Metrôpoles para se pensar uma articulação de SAN em nível metropolitano; como ativar o funcionamento do SISAN; como as organizações sociais aderem ao SISAN e como se dará seu financiamento nos diferentes níveis de governo. Nesse mesmo sentido, André L. falou do Pacto de Milão, que foi um acordo firmado pela cidade de São Paulo para a garantia da alimentação saudável no meio urbano. Leandro acrescentou que, no âmbito do Pacto, foi criado um prêmio, no qual as cidades enviam suas experiências em SAN e as cidades vencedores recebem uma verba para efetivar cooperação bilateral e troca de experiências e conhecimentos e falou também da articulação com a Rede C40, que tem um “braço” que discute exclusivamente questões ligadas à alimentação e a questão do carbono. Christiane falou da importância que a discussão da alimentação em meio urbano tem ganhado nos últimos anos e sua interação com o meio rural e reforçou que São Paulo pode ser protagonista nesse sentido, em especial representando as grandes cidades. Reforçou que a cidade avançou bastante nessa temática nos últimos anos e que, por exemplo, queremos que o Plano não seja deixado de lado. Disse que a FAO/ONU enviou carta à Prefeitura de São Paulo reconhecendo e parabenizando essas iniciativas. Inclusive relatou que a cidade de São Paulo ganhou o prêmio de 5 milhões de dólares do Mayors’ Challenge com a temática da agricultura urbana, transição agroecológica e a ligação do mercado consumidor com a produção local. Bruno questionou aos presentes como estavam as articulações, inclusive com o Plano Plurianual, para as ações do Plano de SAN. Christiane reforçou que esse trabalho seria de responsabilidade da CAISAN-Municipal. André L. explicou o arcabouço legal, que a CAISAN precisa definir as prioridades da pasta para viabilizar as ações e, inclusive, elaborar uma rubrica específica de

SAN para saber quanto o município gasta nesse sentido. Nadir disse que, além dessa rubrica, é importante viabilizar a execução do Plano. Jabs, com relação à articulação metropolitana, informou que o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado – PDUI está aberto para discussão e que seria interessante pautar a SAN e disse que nesse momento a prioridade é a de colocar a CAISAN para funcionar e viabilizar, assim, essas ações. Leandro disse que está sendo programada um agenda de retomada das reuniões da CAISAN, na qual será pensada pautas para a convocação dos secretários envolvidos. Solange explicou que a CAISAN tem representação secretarial e de técnicos que representam a Secretaria e pensam os encaminhamentos e ações. André L., diante do aprofundamento das discussões, disse que pode ser feita uma oficina para que sejam apresentados e discutidos todos os instrumentos legais desse Sistema como forma de que todos se apropriem das discussões. Leandro iniciou a fala sobre as audiências públicas, que se caracterizou como um processo bastante mobilizador e intenso dentro e fora do COMUSAN-SP, que culminou com a presença de Conselheiras(os) em 17 Audiências, sem contar os demais parceiros. Christiane disse que não foi possível fazer um balanço final, pois movimentos não institucionalizados também participaram. Vera disse que na Audiência na qual participou a fala de SAN ficou bastante marcada e que foram feitos questionamentos sobre a falta de meta de SAN e de agricultura. André L. demonstrou preocupação de como essas propostas irão se traduzir no território e se isso poderia ser esclarecido pelo representantes do poder público municipal que estavam presentes. Bruno disse que esse processo todo é encabeçado principalmente pela Secretaria de Gestão, que atualmente está fazendo um refinamento das contribuições, mas ainda não sabem efetivamente como isso se dará. Christiane, Nadir e André L. sugeriram que os representantes da Secretaria de Governo pudessem auxiliar o COMUSAN no sentido de que as ações pudessem ser iniciadas e implementadas. Marcia reforçou que muitas das ações constantes no Plano Municipal de SAN já estão em andamento e já tem orçamento, o que é preciso é que as Secretarias se conversem e qualifiquem essas ações intersetorialmente. **Encaminhamentos** – agendar reunião com Paulo Uebel, Mario Covas e Eliseu Gabriel. Após essa discussão, foi feita a leitura da justificativa de minuta de decreto da Rede de Equipamentos de SAN e a mesma foi aprovada. Sobre o COMIDAÇÃO, Chris explicou a função do Banco de Alimentos e sua importância e a necessidade de que este equipamento seja descentralizado. Andre L. explicou que a ideia do COMIDAÇÃO surgiu a partir da Resolução nº 72, que impossibilita que entidades que não tem COMAS ou CMDCA sejam beneficiárias do Programa Nacional de Aquisição de Alimentos – PAA e que querem discutir novas possibilidades e também o início de construção de um Comitê Gestor do Banco de Alimentos. Sobre o COMUSAN-Convida, Chris disse que a ideia é discutir o Programa Leve Leite e tentar incidir para que o mesmo incorpore a visão do DHAA. Nadir acrescentou que é

preciso pensar em formas de monitorá-lo e aperfeiçoá-lo com o passar do tempo. Eu, Leandro Costa Cuebas, redigi e lavro a presente ata.